



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL

Nº218/2023

Joaquim Carlos Coelho Tavares, Vice - Presidente da Câmara Municipal do Seixal

Torna público, em cumprimento do disposto no art.º 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a redação atualizada da Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro, o **despacho n.º 516-VHVF/2023 de 11 de julho**:

Processo nº F391/19
2020/500.10.302/49

DECISÃO FINAL

(nos termos e para os efeitos do nº 1 do artigo 89.º, e alínea a) do nº 3 do artigo 102.º, todos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atualizada, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), conjugado com o artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo)

HENRIQUE JOSÉ LIVREIRO VIÇOSO FREIRE, Vereador do Pelouro da Fiscalização Municipal, no uso da competência delegada por força do Despacho nº 247-PCM/2023, de 16 de fevereiro, o qual foi publicado através do Edital nº 49/2023, de 17 de fevereiro, e que foi afixado nos lugares de estilo habituais e atento ao relatório final junto aos autos do presente processo, determina que se notifique **O PROPRIETÁRIO** do imóvel sito em **Rua 1º de Maio n.º 49, Amora**, para que no prazo de **40 dias (úteis)**, a contar da data da presente notificação, proceda **à realização das necessárias obras de recuperação do edifício no seu todo, garantindo a sua estabilidade, numa primeira fase, e relativamente à segurança no local, devem ser realizados os seguintes trabalhos reparação e pintura dos revestimentos exteriores do edifício e a reconstrução em condições de segurança da cobertura ou, em alternativa enquanto não são realizadas obras mais profundas no edifício, apeamento da mesma, garantindo a segurança e a estanquidade relativamente ao edifício e aos edifícios contíguos**, pelos seguintes fundamentos de facto e de direito:

- A Comissão Técnica de Vistorias de Segurança e Salubridade, nomeada por deliberação camarária, efetuou vistoria ao local no dia 03 de novembro de 2020, tendo sido lavrado o Auto de Vistoria de Segurança, o qual obteve o Despacho de Homologação n.º 258/VMC/2020 datado de 05 de novembro. Por ser desconhecido a identificação do(s) proprietário(s), pelo serviço instrutor, foi proferido em 31 de maio de 2021, o despacho n.º 147/VMC/2021, relativo ao Edital n.º 152/2021, datado de 15 de junho de 2021, que foi afixado nos locais previstos por lei, o qual recomendava o tipo de obras e de intervenção a efetuar, impondo um prazo para o seu início e conclusão;
- Posteriormente, a Comissão Técnica de Vistorias de Segurança e Salubridade, efetuou deslocação ao local, tendo constatado que não foram realizados os trabalhos recomendados no Auto de Vistoria;
- A situação factual descrita, constitui infração por violação ao disposto no nº 1, do artigo 89.º e nº 1 do artigo 89.º - A, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na sua redação atualizada dada pelo Decreto-Lei n.º 66/2019, de 21 de maio, que estabelecem o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, e está sujeita à aplicação de medidas de tutela da legalidade urbanística previstas nos artigos 102.º e seguinte, do mesmo diploma legal;



**MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL**

d) Deste modo e tendo em consideração a situação factual descrita e o enquadramento legal aplicável, fica V. Ex^o. notificado que o sentido provável da decisão final referente ao presente processo, é o de ordenar que V. Ex^o, **no prazo de 40 dias (úteis) proceda à realização das necessárias obras de recuperação do edifício no seu todo, garantindo a sua estabilidade, numa primeira fase, e relativamente à segurança no local, devem ser realizados os seguintes trabalhos reparação e pintura dos revestimentos exteriores do edifício e a reconstrução em condições de segurança da cobertura ou, em alternativa enquanto não são realizadas obras mais profundas no edifício, apeamento da mesma, garantindo a segurança e a estanquidade relativamente ao edifício e aos edifícios contíguos;**

e) A 09 de novembro de 2022, foi proferido o Despacho n.º 1397-VBS/2022, respeitante à Audiência Prévia, e comunicado ao proprietário, através do Edital n.º 86 de 2023 de 20 de março de 2023, que disponha de 15 dias úteis para se pronunciar sobre o sentido provável da decisão, de acordo com o disposto no artigo 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

f) Não foi apresentada defesa quanto ao sentido provável de decisão proferido no despacho de audiência prévia;

Face ao exposto, deverá o notificado ficar ciente, que findo o prazo dado para o cumprimento da presente ordem e que se verifique o incumprimento da mesma, esta Câmara Municipal, não obstante a aplicação das respetivas coimas, efetuará a devida participação criminal junto dos Serviços do Ministério Público da Comarca de Lisboa, porquanto com tal conduta, a notificada poderá incorrer na prática de crime de desobediência, previsto e punido no artigo 348.º do Código Penal, conforme previsto no artigo 100.º do RJUE.

Por fim, para além das medidas mencionadas anteriormente, deverão ainda ficar cientes que em caso de incumprimento da ordem dada, esta Câmara Municipal, poderá dar início ao competente processo administrativo para a execução das medidas ordenadas ficando todas as despesas por conta dos notificados, de acordo com o disposto no artigo 102.º-A do RJUE e do artigo 175.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Notifique-se o interessado do texto integral deste ato administrativo, o qual determina a decisão final do presente processo, dando cumprimento ao disposto nos artigos 112.º, 113.º, 114.º e 127.º, todos do Código do Procedimento Administrativo.

Cumpra-se observando as formalidades legais.

Seixal, 24 de julho de 2023

O Vice - Presidente da Câmara Municipal

Joaquim Carlos Coelho Tavares.